Prestígio, exploração e cultura

Aristocracia refere-se a uma forma de existência do poder social. Distinta de democracia e da plutocracia, centrada na vertente económica. Os pobres e os ricos podem opor-se como classes de gentes distintas. Mas o prestígio social – em vez da riqueza e ao contrário da cultura – pode ser a base principal de poder, opondo aqueles que merecem ter a responsabilidade e o proveito do exercício pelo prestígio social angariado e os que não o merecem. A aristocracia é criada por sociedades meritocráticas cujo critério de avaliação, pelos mais diversos processos, é a honra. A honra não dos indivíduos mas das famílias. Isto é, a honra das unidades comunitárias de reprodução social, a honra das casas capazes de produzir gente nobre, de quem as sociedades esperam orientações e protecção, não apenas pela mobilização da força colectiva mas também pela estratégia e sagacidade diplomáticas.

Os aristocratas tendem a ser mais ricos e cultos que a generalidade da população, do mesmo modo que os burgueses nas sociedades por si exploradas tendem a ter prestígio social e competências culturais acima da média. Mas os primeiros grupos superiorizam-se sobretudo nos aspectos sociais e os segundos nos aspectos económicos.

Não há aristocratas sem uma tradição familiar, nem um séquito fiel capaz de manter a noção de perenidade da honra associada, apesar das mudanças das diferentes épocas e das sucessivas gerações. A tradição tende a esconder a evolução e a transformação dos aristocratas e também a desvalorizar a fonte da legitimidade dos respectivos rendimentos, tomados como dádiva social.

Não há burgueses sem uma actividade económica autonomizada das actividades familiares, centrada em contabilidades afinadas e extremamente fiáveis, bússola dos seus comportamentos sociais e económicos, em competição com outros burgueses e sociedades onde os burgueses não sejam dominantes, independentemente de tradições, legitimidades ou processos de transformação. O que os burgueses tendem a esconder é a violência implicada nas respectivas actividades, atrás de metáforas como mercado ou liberdade, aliciando assim populares e aristocratas a aliarem-se a (ou pelo menos a não estorvarem) os seus processos revolucionários de transformação das naturezas ambientais e sociais, ora contra os aristocratas (quando se tratam de populares) ora contra os populares (quando se tratam de aristocratas), oferecendo a uns e outros a perspectiva de maior capacidade aquisitiva, demonstrada pelos exemplos de sociedades novas (e felizes) que publicitam (também para realizarem as mais-valias manipulando os desejos das pessoas, ricas ou pobres, honradas ou marginais, pacíficas ou violentas).

Para além do poder, nesta fase histórica em que vivemos definitivamente entregue aos burgueses, cada uma destas classes sociais mantém em comum com a natureza da humanidade necessidades viscerais, que animam as respectivas vidas pessoais para além (e não raramente acima) das relações de poder. Nisso somos todos diferentes – na medida em que cada qual é criado na sua própria família, mantém um percurso de vida singular no meio das teias e redes de sociabilidade e trata de valorizar (ou não) a sua apresentação social particular, em função da genética e da cultura – e todos iguais, já que os desejos vernáculos, a líbido nomeadamente, podem ser tipificados por serem limitados e mandatórios. Embora as classes com maior confiança na disponibilidade de recursos básicos para manter a vida, possam disponibilizar uma parte importante da sua existência a cultivar modos de separar e diferenciar as respectivas condições económicas das condições sociais e sobretudo das condições culturais – as mais difíceis de submeter às limitações “materiais” (económicas e políticas) e, por isso, mais valiosas e indeterminadamente valorizadas, tanto para a dominação como para a subversão.

As aristocracias têm em comum, na sua extrema diversidade, organizarem o poder – imaginando-o e lutando pela sua concretização – em função do mérito social das capacidades e competências de cada unidade social, seja ela uma casa (nos tempos em que essa seja a principal referência social) seja ela o individuo (como acontece actualmente). Os aristocratas podem ser ricos ou pobres. Todos se referem à sua missão social como sentido de vida, para além do reconhecimento de que possam ser alvo e dos benefícios que através dessa sua postura possam obter – por exemplo, a Igreja dos pobres pôde tornar-se rica por sustentar com firmeza suficiente a sua postura aristocrática. Há como que uma função segregativa de recursos dispensados (para sacrifício?) da sociedade que pode ser usada a benefício de quem se dedique a ser honrado, sem que haja – evidentemente – nenhuma garantia de riqueza ou reconhecimento social. Podem fazê-lo em nome de Deus ou da honra de quem enviou o seu Filho para resgatar a humanidade do sofrimento, ou em nome de outra coisa qualquer igualmente nobre, como serem fundadores de nacionalidades – e autores da violência de segregação e estigma que tal sempre implica – ou defensores da segurança pessoal, ou recurso de solução de litígios, ou de problemas práticos.

Os guerreiros, como os oradores, bem assim os militares, polícias, magistrados, tecnólogos e cientistas, juntam-se aos mágicos e excêntricos, pedintes e religiosos, nas diferentes maneiras de procurar subir na vida não através da acumulação de riqueza (que pode acontecer ou não, ao mesmo tempo) mas através de assunção de uma reclamação de honra para si próprios (em nome de uma tradição social de que sejam cultores), eventualmente apenas simulada – gerindo as aparências, como muitos estudantes gerem os seus certificados escolares ou os vigaristas gerem as emoções alheias, desarmando-as perante os seus interesses imediatos de tirar proveito da empatia natural nos humanos – mas sempre obrigada a cultivar comportamentos próprios de quem aspira a ser mais inspirado do que o comum dos humanos. Próprios de quem cultiva um tipo de vida espiritual particular e a desenvolve de forma evolutiva, tirando todas as potencialidades das características de adaptabilidade da espécie humana, para além das limitações dos outros animais.

Lisboa, 2013-03-09

PS: elites

Pode ser que as aristocracias e as burguesias sejam as fontes sociais de onde podem sair as elites (admitindo que haverá sempre um Estado, isto é uma forma institucional de segregação de poder e de distinção social). O poder pode ser construído por via militar, religiosa e por via económica. Em sentido estrito, a burguesia também é constituída por diferentes aristocracias (capitalistas, gestores, engenheiros, políticos, por exemplo), como os padres ou os nobres guerreiros ou administradores do Estado. Dão prioridade absoluta, em termos identitários e de apresentação de resultados aos populares, à dimensão económica da vida, isto é à moral económica cujo mérito foi desenhado pela ética protestantes (Weber dixit).